

A estratégia para o reaquecimento

Stuckert Filho 25.6.92

O combate à inflação, a redistribuição de renda, a reorganização do setor público e a retomada do crescimento da economia, que o governo Itamar Franco espera conseguir como os principais resultados do seu governo de dois anos, serão obtidos sem choques e sem traumas, mantendo-se um rigoroso respeito às instituições democráticas e sem qualquer rompimento das relações contratuais — garantiu ontem o ministro Paulo Haddad, do Planejamento, durante entrevista que concedeu no Palácio do Planalto, acompanhado pelo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e do secretário-executivo do Planejamento, Antônio Rocha Magalhães.

A estratégia de retomada do crescimento econômico, segundo explicou Paulo Haddad, apóia-se em seis pontos fundamentais:

1) Melhoria da eficácia dos gastos públicos, com o objetivo de gerar um multiplicador nos resultados das suas aplicações. O governo reconhece que, atualmente, gasta muito mal os seus recursos, constatando que, na maioria dos casos, apenas 40% dos recursos liberados conseguem chegar de fato para o fim a que se destinam. Afora gastos com Previdência, pagamento de pessoal e dívida, o governo dispõe do equivalente a US\$ 55 bilhões para aplicar nos setores prioritários em 1993, somente à conta de recursos do orçamento fiscal (ou seja, da arrecadação de impostos e outros rendimentos do Tesouro). “Se aplicarmos bem esse dinheiro — diz Paulo Haddad — haverá, sem dúvida nenhuma, uma resposta muito positiva em nível de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade”. Integram ainda esta estratégia de elevação da eficácia dos gastos do governo a deflagração de todo um novo processo de descentralização administrativa e gerencial e um maior envolvimento nos projetos das comunidades às quais eles se destinam.

2) Estabelecimento de acordos setoriais com vistas à retomada do crescimento, priorizando a produção de gêneros destinados à economia popular, o aumento da produtividade, da competitividade, da produção e, conseqüentemente, do nível de emprego. Dois desses acordos setoriais já se encontram em andamento: um com a indústria automobilística, outro com a agroindústria. Do primeiro, deverá resultar a produção de um automóvel mais popular, sem nenhum luxo e mais barato; do segundo, uma cesta de alimentos a preços mais acessíveis às populações mais carentes.

3) Normalização, com a ajuda do Congresso, do relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional, contribuindo-se, assim, para que seja ajustado o quadro externo brasileiro que já é bom, com um saldo da balança comercial, em 1992, de US\$ 16 bilhões e com reservas internacionais superiores a US\$ 21 bilhões. A nor-



Loyola: fim do "incesto"

malização do relacionamento do Brasil no front internacional implicará carreamento de dinheiro novo para o País, notadamente para as áreas de infra-estrutura. Somente nos últimos três meses, já com Itamar Franco à frente do governo, o Brasil conseguiu captar US\$ 1,7 bilhão das instituições multilaterais de fomento (Banco Mundial, BID e KFW, principalmente). A partir da normalização, os recursos das instituições e das empresas privadas estrangeiras também virão ao Brasil.

4) Redução gradual das taxas de juros, com o fim de ajudar no processo de restabelecimento de uma política de rendas, favorecendo o consumo e reduzindo custos de produção para propiciar uma melhoria do nível de oferta. Esta redução das taxas de juros, segundo lembrou o ministro Paulo Haddad, já está sendo praticada, como evidência o último leilão de títulos públicos realizado esta semana, quando o governo conseguiu colocar Cr\$ 7 trilhões em títulos públicos (para uma demanda de Cr\$ 13 trilhões) mediante taxas médias de 19%, contra os mais de 30% que pagava em setembro último. A redução das taxas de juros vai, juntamente com a reforma fiscal, propiciar um grande alívio no serviço da dívida do governo que assim disporá de mais recursos para as áreas prioritárias.

5) Retomada dos investimentos nacionais e estrangeiros, pela mudança do clima de pessimismo, aumento da credibilidade no governo e redução do grau de incerteza na economia. Os investimentos estrangeiros, ou capitais de risco, devem retornar ao Brasil, segundo crê Haddad, já no primeiro semestre de 1993.

6) Recuperação e reconstrução da infra-estrutura nacional, destacando-se, aí, as áreas de telefoia, energia elétrica, combustíveis, habitação e estradas. Nos próximos dois anos, o governo vai estar investindo, apenas na recuperação da malha rodoviária do País, cerca de US\$ 2,5 bilhões e mais US\$ 1,5 bilhão em programas de habitação popular.